

Sarney não aceita

Economia

Orcamento

Jornal de Brasília • 9

desobediência a corte

O presidente José Sarney não admitirá insubordinações de seus ministros aos cortes efetuados no orçamento do ano que vem. Nem aceitará reclamações de quem quer que seja — prefeitos e governadores — contra a Operação Desmonte: a responsabilidade, do ponto de vista do Governo, é da Assembléia Nacional Constituinte.

Isso, o ministro do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, deixou claro ontem, depois de conversar com o presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada. Da reação dos ministros aos cortes, fez a seguinte observação: "Na hora que um líder decide, os outros têm que cumprir". Afinal, advertiu depois, "manda quem pode, e obedece quem tem juiz".

Das reclamações feitas por alguns prefeitos e governadores contra a Operação Desmonte, Costa Couto definiu a posição do Planalto, de que "não adianta reclamar, porque nós estamos cumprindo os novos preceitos constitucionais".

Outro endereço

A Operação Desmonte e a nova fisionomia do orçamento de 1989, de acordo com o ministro do Gabinete Civil, "são consequências da nova Carta". E reforçou sua colocação, de que "é preciso que as pessoas compreendam isso: as reclamações não devem ter por endereço o Palácio do Planalto".

O Governo não pretende nem mesmo realizar uma outra reunião

com os ministros, para ouvir suas reclamações, em relação aos cortes no orçamento. As observações de cada ministério foram enviadas ontem à Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), encarregada, juntamente com o Ministério da Fazenda, pela elaboração do orçamento 89, que deverá ser enviado ao Congresso dia 31 próximo.

Costa Couto informou que "nem todos os ministros ficaram felizes" com os cortes efetuados em suas pastas, mas observou que "agora todos estão compreendendo que o presidente está cumprindo uma decisão maior, ou seja, está respeitando o modelo que nasce da Constituinte".

"Porque, da Assembléia Nacional Constituinte, continuou o ministro do Gabinete Civil, nasce uma nova Nação, muda a fisionomia federativa do País, fortalecendo-se os Estados e os municípios". O Governo Federal, diante disso, "tem que emagrecer".

Hipertrofia

Ele, particularmente, acha que essa nova distribuição das receitas do País "deverá ser boa para o Brasil". Porque, em sua opinião, "o Governo está muito hipertrofiado, e exerce funções que ficam melhores no setor privado, exerce funções que os Estados e municípios podem fazer muito melhor". Não poderia ser mais claro: "Temos um governo paquidérmico".